



número 127 - Fevereiro 2008

## NOSSA OPINIÃO

- Aridez e morte versus diversidade e fertilidade: uma visão das mulheres sobre as plantações

## COMUNIDADES E FLORESTAS

- Amazônia: o direito dos povos a viver em isolamento voluntário
- Colômbia: decisão constitucional por Lei Florestal dá a vitória a organizações sociais
- México: a luta permanente das comunidades indígenas contra a extração ilegal de madeira
- República Democrática do Congo: a invasão dos dendezeiros já começou

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Aumento da pobreza, conflitos territoriais e desmatamento: o recorde das plantações do Banco Asiático de Desenvolvimento
- Espanha: a certificação florestal da NORFOR/ ENCE, mais uma fraude no FSC
- Indonésia: pedido de Ação contra a certificação das plantações de madeira da Riau Andalan Pulp and Paper
- Indonésia: novo relatório sobre os impactos das plantações de dendezeiros sobre os direitos humanos
- Tailândia: plantações de seringueiras contra as florestas, as comunidades e a saúde
- Uganda: por que o FSC está certificando as disputas territoriais e os abusos dos direitos humanos no Monte Elgon?

## ÁRVORES GM

- Bélgica: planos de ensaios de campo de choupo GM para etanol
- Aumento da rede de comunicação contra as árvores GM

## NOSSA OPINIÃO

### - Aridez e morte versus diversidade e fertilidade: uma visão das mulheres sobre as plantações

O Dia Internacional da Mulher está se aproximando e, como forma de homenagem às inúmeras mulheres que lutam por seus direitos, gostaríamos de compartilhar excertos de uma pesquisa realizada recentemente por duas mulheres no Brasil, que por um lado, contribui com uma visão conjunta da luta das mulheres contra as plantações no país e por outro fornece testemunhos de mulheres locais sobre como essas plantações têm impactado sobre suas vidas e meios de subsistência.

No primeiro parágrafo do trabalho, as autoras lembram que, “No dia 8 de março de 2006, Dia Internacional da Mulher, 1 duas mil mulheres da Via Campesina, antes de o sol nascer, ocuparam o viveiro de mudas da empresa Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. 3 E, numa ação relâmpago, com vendas de cor lilás sobre os rostos, destruíram milhares de mudas de eucalipto. O movimento teve como objetivo chamar a atenção da opinião pública brasileira para os impactos produzidos pelas monoculturas de eucalipto e pinus sobre o povo e os ecossistemas locais... As mulheres camponesas traduziram, no seu discurso, o deserto verde dos eucaliptos em aridez e morte e levantaram a relação entre diversidade e fertilidade –fatores que possibilitam a vida– e monocultura e desertificação – que representam a morte.”

A pesquisa inclui inúmeros testemunhos sobre como as plantações de eucalipto e a fábrica de celulose da Aracruz afetaram as comunidades locais em geral e as mulheres em particular. Por exemplo Maridéia, uma mulher indígena Tupinikim lembra como era a vida antes da chegada da Aracruz: “Era tão maravilhoso se abrisse o rio pra nós. Nós lavava roupa, nós pegava água pra bebê, pra fazer comida... A gente pescava peixe, pegava com peneira. A mulherada... juntava tanta gente! Era o lugar de lavar roupa. Terminava de lavar roupa, a gente tomava banho e vinha embora, né?”

Esses foram os velhos e bons tempos. Depois chegou a Aracruz e “acabou com tudo, né? Acabou com tudo que nós tinha, acabou com a nossa mata, acabou com o nosso rio, com os peixes, as caças” (ROSA, aldeia Tupiniquim Pau-Brasil).

Com base nos testemunhos das mulheres, o relatório conclui que, “Nesse novo contexto, homens e mulheres experimentam impactos comuns e, também, diferenciados. Com a perda do território, as mulheres perderam os seus quintais, lugares para as hortas, para a criação de pequenos animais e para a produção de ervas medicinais.

A substituição da mata pelo plantio de eucalipto levou à perda do alimento outrora trazido pelos frutos, pela pesca e pela caça. O fim da floresta tropical produziu, ainda, a extinção de rios e córregos, que eram os lugares de encontro das mulheres e um espaço privilegiado de troca dos saberes femininos. Indígenas e quilombolas tiveram que conviver com a contaminação do ambiente por agroquímicos utilizados pela indústria da monocultura. O desaparecimento da mata também provocou o fim da matéria-prima usada para a fabricação dos utensílios e do artesanato, que, no caso indígena, constitui-se numa atividade, prioritariamente, desenvolvida por mulheres.

A perda da biodiversidade significou a perda de uma grande quantidade de medicamentos oriundos das plantas, raízes e animais da floresta; vetou às mulheres indígenas guaranis, que antes faziam o uso de ervas para estimular e reduzir a fertilidade, o direito ao seu planejamento familiar, deixando-as reféns de contraceptivos e laqueaduras de trompas. Indígenas e quilombolas também já não encontram mais os cipós, as árvores e as banhas de animais usados para a prática da sua medicina.

Algumas mulheres indígenas, portadoras de um rico conhecimento sobre a fauna e a flora, foram transformadas em empregadas domésticas, diaristas, babás e cozinheiras dos funcionários da Aracruz Celulose. A obrigatoriedade de desempenhar essas novas tarefas afetou o exercício da maternidade, forçando-as a parar de amamentar os seus filhos mais cedo e deixá-los, ainda bebês, para cuidar dos filhos de mulheres urbanas.

Diante das transformações vividas, essas populações construíram alianças com movimentos e ONGs solidários à sua luta. Hoje, se articulam em rede, buscando, cada vez mais, aumentar a sua capacidade de resistência. As mulheres, que também são protagonistas dessas lutas, iniciam um processo de organização em espaços específicos, buscando discutir os impactos da monocultura de eucalipto que sobre elas incidem e as maneiras de contribuir para recompor o modo de vida do seu povo”.

“Mulheres indígenas e quilombolas, que partilharam por tantas décadas os impactos da monocultura de eucalipto,

buscam, agora, partilhar a sua experiência organizativa, descobrindo juntas os caminhos da liberdade. Mulheres que estão cada vez mais próximas e que se fortalecem mutuamente, lutando contra a opressão do agronegócio e do patriarcado”.

Se bem o que antecede ilustra uma situação concreta em uma região específica do Brasil, sabemos que um sem-número de mulheres que moram em áreas de plantações em vários países da América Latina, África e Ásia irão encontrar seus problemas refletidos nesta pesquisa. Neste Dia Internacional da Mulher esperamos que a evidência apresentada neste documento seja prestativa para as lutas das mulheres que visam deter o modelo de plantações em grande escala que simboliza "aridez e morte", e um avanço, um impulso para um tipo de desenvolvimento que represente "diversidade e fertilidade, fatores que possibilitam a vida".

(1)Barcellos, Gilsa Helena e Ferreira, Simone Batista (2008).-

Mulheres e Eucalipto: Historias de vida e resistencia.

Impactos da monocultura de eucalipto sobre mulheres indígenas e quilombolas no Espírito Santo.

[http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Libro\\_Mulheres.html](http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Libro_Mulheres.html)

início

---

## COMUNIDADES E FLORESTAS

### - Amazônia: o direito dos povos a viver em isolamento voluntário

No artigo "PUEBLOS OCULTOS EN LA SELVA ¿Derecho a vivir la propia Amazonía?" (\*) (Povos ocultos na floresta – direito a viver a própria Amazônia?) a escritora argentina Elina Malamud faz uma incursão, com grande sensibilidade, nas condições que têm levado a numerosos povos da floresta a um isolamento escolhido voluntariamente. A autora recolhe as palavras do brasileiro Sydney Possuelo, líder da luta pela defesa dos direitos dos grupos indígenas a continuar com seu estilo de vida: "Se fossemos mais decentes, não haveria povos isolados, mas nossa conduta têm feito com que procurem proteger-se de nós. Seu isolamento não é voluntário, é forçado por nós."

A Amazônia –cobiçada desde a conquista dos espanhóis pelo ouro, depois a borracha, o petróleo, as madeiras preciosas- foi apropriada com "sofreguidão" por aventureiros e mercantilistas que trouxeram doenças, morte e desintegração para os povoadores. Hoje, as obras civis vinculadas a projetos de desenvolvimento (como a rodovia transamazônica e as barragens), bem como a expansão agroindustrial, continuam tendo os mesmos efeitos devastadores sobre a integridade física e cultural dos povos indígenas da Amazônia.

Possuelo, testemunha direta da forma na que opera "a integração" diz que: "O contato trazia consigo desestruturação grupal, necessidades artificiais –"ganham roupa, mas não ganham sabão"-, descontrole pessoal, bebedeira, prostituição, destruição, porque o pior de tudo eram as epidemias que nós curamos diariamente com uma medicina, mas para as que os índios do coração da floresta careciam de qualquer defesa imunológica e morriam sem remédio, sozinhos, abandonados na floresta por seus irmãos". "Desde 1987 eu passei do contato à proteção, isto é, ao não contato, ao direito ao isolamento como a melhor maneira de preservá-los."

Esses grupos indígenas, por seu estilo de vida, são auto-suficientes em seu meio e –enquanto ele não for alterado- vivem na abundância do que a floresta lhes dá: "caça, pesca, frutas e madeiras, junto com a horticultura de derruba e queima, recursos de flora e fauna que suas práticas culturais e sua baixa demografia permitem que sejam renováveis".

Os grupos que têm escolhido isolar-se têm esse direito, reconhecido pelas Nações Unidas. E a autora alega que, mais do que isso, têm "o direito a um reconhecimento político e jurídico pelos Estados nacionais, à propriedade

coletiva de seus territórios, de seus recursos, de seus genes, de seus conhecimentos culturais.”

A todos e todas nos cabe reconhecer e defender seus direitos e impedir que continuem as histórias de genocídio e morte dos povos e das florestas.

(\*) “Pueblos ocultos en la selva ¿Derecho a vivir la propia Amazonía?”, Elina Malamud, 5 de fevereiro de 2008.  
<http://www.ecoportal.net/content/view/full/75895>

[início](#)

---

### - Colômbia: decisão constitucional por Lei Florestal dá a vitória a organizações sociais

No dia 28 de março de 2006, em meio a uma forte pressão do governo e da indústria madeireira, foi aprovada na Colômbia a lei 1021, conhecida como “Lei Florestal” (vide boletim Nº 105 do WRM), que permitia que os grandes investidores madeireiros tiveram acesso fácil e com privilégios às florestas do país, comprometendo assim o futuro das florestas tanto públicas quanto as de propriedade das comunidades indígenas e afro- colombianas.

Em 2007, o “Grupo de Direito de Interesse Público da Universidade dos Andes”, com o apoio de amplos setores sociais colombianos e internacionais, apresentou uma ação de inconstitucionalidade da Lei Florestal.

No dia 23 de janeiro deste ano, a Corte Constitucional proferiu uma declaração de “inexequibilidade”- ou seja que deixa sem efeito- da Lei Florestal, e assim dá a razão aos povos indígenas e comunidades afro- colombianas, que tinham denunciado reiteradamente seu caráter inconstitucional por descumprir a exigência de consulta e de participação no processo de formulação e aprovação da lei.

Em um comunicado à opinião pública assinado por inúmeras organizações sociais colombianas (1) afirma-se que: “Esta sentença ergue de novo uma salvaguarda fundamental para a integridade das minorias étnicas, e impugna e detém as pretensões governamentais de liquidar a consulta prévia, os conceitos que pretendem convencer- nos que é irreversível a liquidação dos direitos coletivos e da integridade cultural, social e econômica dos povos e comunidades étnicas”.

De acordo com o grupo colombiano Semillas: “Com esta decisão da Corte Constitucional ganhamos todos nós, os colombianos que acreditamos que um mundo mais justo e sustentável é possível. Esse triunfo abre uma janela de esperanza e recarrega as forças nos processos de resistência e de luta da sociedade em geral, diante desse modelo de privatização de todos os bens públicos e o esvaziamento dos territorios coletivos” (2).

Trata-se de uma vitória da luta popular de inúmeras organizações sociais da Colômbia que têm obtido uma decisão de alto nível que faz jurisprudência. Corresponde comemorar.

Artigo baseado em: (1) “Comunicado a la Opinión Pública. La liberación del derecho a la consulta previa. La Corte Constitucional, declara inexecutable la Ley General Forestal, enero 23 de 2008”, enviado por Diego Alejandro Cardona Calle, Censat Agua Viva, correio eletrônico: [selvas@censat.org](mailto:selvas@censat.org), e (2) “La Corte Constitucional declara inexecutable la Ley Forestal”, Grupo Semillas, <http://www.semillas.org.co/sitio.shtml?apc=11---&x=20155467>

[início](#)

---

### - México: a luta permanente das comunidades indígenas contra a extração ilegal de madeira

No México, os defensores do ambiente continuam lutando. Os ativistas que visam proteger seus ecossistemas locais ainda estão sob a ameaça dos exploradores madeireiros ilegais e a falta de ação das autoridades governamentais

locais.

Faz parte dessa luta o caso do ambientalista Ildefonso Zamora, sua família e sua comunidade de San Juan Atzingo, no município de Ocuilán no México. Desde 1998, Ildefonso Zamora tem trabalhado a fim de atrair a atenção pública para o problema da exploração ilegal de madeira em sua comunidade, que limita com o Parque Nacional Lagunas de Zempoala, uma área identificada como uma das 15 "regiões críticas" afetadas pela extração ilegal de Madeira no país. O parque está localizado dentro do que o Greenpeace chama 'a grande floresta de água' que abriga dois por cento da biodiversidade mundial e fornece as três quartas partes da água consumida na Cidade do México, além de contribuir para mitigar a mudança climática e seus impactos na região.

Durante os últimos anos, Ildefonso, sua família e alguns representantes de sua propriedade comunal indígena têm sofrido uma série de ameaças por parte dos exploradores ilegais de madeira. Vários incidentes incluíram disparos no exterior das residências da família, ameaças de morte, confrontações em veículos na rodovia e inclusive ameaças dirigidas ao prefeito local.

O incidente mais chocante contra os defensores da floresta foi o assassinato de Aldo, filho de Ildefonso de 21 anos de idade. Ele foi disparado em uma rodovia por um grupo de exploradores ilegais em maio de 2007. A prisão dos dois homens envolvidos no assassinato foi adiada por um incrível período de 79 dias depois do tiroteio. Nove meses depois da morte de Aldo, dois dos quatro assassinos ainda não foram capturados, a pesar de terem sido claramente identificados e terem notórios mandados de prisão. O presidente mexicano Felipe Calderón fez declarações públicas em julho de 2007 afirmando que faria questão de fazer justiça nesse caso, mas o resultado ainda ninguém viu.

Esses incidentes ocorrem em um contexto de assédio e sistemática desacreditação dos defensores dos direitos ambientais no México. O assassinato de Aldo Zamora pode ser colocado entre casos similares como o de Rodolfo Montiel, Teodoro Cabrera, Felipe Arreaga e Albertano Peñaloza nas montanhas do estado de Guerrero e os casos dos indígenas Tarahumaras, os ambientalistas Isidro Baldenegro e Hermenegildo Rivas no estado de Chihuahua.

O Centro de direitos humanos "Miguel Agustín Pro Juárez" na Cidade do México (Centro Prodh) vem trabalhando com Ildefonso e a comunidade de San Juan Atzingo com defesa legal, conscientização e oficinas educacionais. Em junho de 2007, o Centro Prodh e o Greenpeace México fizeram uma solicitação conjunta junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos por medidas precautórias que protegeriam a vida e a integridade física das vítimas que estão sob ameaça dentro da comunidade. Em Janeiro de 2008, o Centro Prodh também salientou a situação premente da comunidade de San Juan Atzingo em um relatório para o Representante Especial das Nações Unidas do Secretariado Geral dos defensores dos Direitos Humanos.

Essa campanha em prol da proteção ambiental no México significaria pôr a vida em risco, o que ilustra a necessidade de um compromisso maior das autoridades locais e seu envolvimento nessas violações. Ildefonso Zamora e sua comunidade continuam vivendo de luto pela morte de Aldo Zamora e ainda estão esperando por justiça e segurança pessoal.

Maiores detalhes do caso e endereços das autoridades para quem encaminhar as cartas, estão disponíveis em <http://centroprodh.org.mx/english/> e também no website do Greenpeace Mexico: <http://www.greenpeace.org/mexico/press/releases/caso-aldo-zamora-seis-meses-d-internacional3@centroprodh.org.mx> ou através do e-mail [internacional3@centroprodh.org.mx](mailto:internacional3@centroprodh.org.mx).

início

---

## - República Democrática do Congo: a invasão dos dendezeiros já começou

Tendo obtido sua independência em 1960, a República Democrática do Congo tem vivido em luta desde essa época.

Seu antigo dominador colonial, a Bélgica, bem como os EUA, a UE e as instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial têm sido atores chave ocultos e partes interessadas em um cenário onde a rivalidade étnica tem atraído a atenção mundial, enquanto encobre as lutas econômicas pelas riquezas de um país que foi o maior exportador de cobalto do mundo, o quarto maior exportador de diamantes e foi classificado entre os dez maiores produtores de urânio, cobre, manganês e estanho do mundo.

A guerra civil que devastou o país entre 1998 e 2002 e foi seguida até agora por novas lutas, apontava em grande medida a garantir os interesses sobre os diamantes, o ouro, o coltan, o cobalto, o marfim e a madeira. Não apenas nove dos países limítrofes do Congo estavam envolvidos na guerra, mas também vários países ocidentais, seja apoiando os rebeldes ou o governo.

Uma complexa rede de companhias ocidentais com interesses criados diretos e indiretos na região tem tentado manter o controle dos recursos naturais do país: a Anglo American, a American Mineral Fields, o Barclays Bank e a De Beers da Grã Bretanha; a Texaf, a George Forrest International, a Petrofina e a Union Minière da Bélgica; a Tenke Mining Company do Canadá; a Bayer A.G. da Alemanha; a America Mineral Fields, a Cabot Corporation e a Brown & Root (uma sucursal da Halliburton) dos EUA, apenas para mencionar algumas delas.

A guerra, travada e armada por interesses comerciais estrangeiros foi à custa da empobrecida população local. Deixou o país com um número de mortos de até 3,8 milhões.

Povos das florestas como os Mbuti, Sua, Aka, Efe, Ituri, Batwa, Luba, Mongo, Azande, Bangi, Ngale, Rundi, Teke, Boa, Chokwe, Lugbara, e Banda têm vivido nessas terras desde tempos antigos. Não foram consultados quando os poderes coloniais se apossaram de seus territórios nem durante o neocolonialismo, quando atores similares continuaram tendo o poder. A atividade madeireira industrial, a agroindústria e os projetos de conservação não lhes trouxeram qualquer benefício e além disso implicaram o despejo de florestas e povos dependentes das florestas. Estima-se que 6 milhões de pessoas já têm sido deslocados no país, onde aproximadamente 40 milhões de pessoas em uma população de 62,6 milhões dependem das florestas para sobreviver. Milhões têm continuado morrendo, principalmente por inanição e doenças. Apesar de viver entre os bens mais valiosos do mundo do ponto de vista comercial, se têm transformado em vítimas e sujeitos da ajuda humanitária.

Apesar de que a luta tem continuado em algumas partes do país, agora o Congo tem escolhido um Presidente – Joseph Kabila- confirmado por uma eleição geral realizada em 2006. De acordo com um relatório recente da BBC News "O Sr. Kabila tem tido o claro apoio dos países ocidentais como os EUA e a França, aliados regionais como a África do Sul e Angola e empresários e magnatas da mineração que têm assinado contratos multimilionários sob seu governo."

O recente surgimento da China como um sério rival na luta para obter as recompensas dos altos preços das mercadorias tem mudado radicalmente o panorama. De acordo com um relatório de John Farmer e Ann Talbot, "a própria China se tem estabelecido no Congo, providenciando USD 8 bilhões para projetos de infra-estrutura e operações de mineração. Esse negócio outorgará às companhias chinesas o controle de várias importantes minas de cobre e cobalto. Desde que o investimento chinês foi anunciado, o Presidente Kabila tem sido cortejado por cada governo que receia que seus interesses no Congo possam sofrer."

A mesa está servida. Ainda há milhões de hectares de valiosas florestas tropicais –ironicamente protegidas da devastação pelos anos de guerra- prontas para serem saqueadas. Junto com a atividade madeireira industrial, planeja-se também que as áreas de florestas sejam usadas para a plantação de monoculturas de dendzeiros, para alimentar o próspero mercado dos agrocombustíveis para os carros europeus e norte-americanos, bem como para a insaciável demanda de azeite de dendê da China.

Apesar dos inumeráveis depoimentos que podem achar-se na Colômbia, em Camarões, na Indonésia, no Equador e

muitos outros países sobre os impactos das plantações de monoculturas de dendezeiros em grande escala e da forma que privam às comunidades de seus meios de vida, a retórica prevalecente continua dizendo que é bom plantar essas monoculturas. Por exemplo, o Economista Dr. Schmidhuber das Nações Unidas tem dito que a República Democrática do Congo poderia destinar milhões de acres para obter a matéria-prima dos agrocombustíveis, incluindo os dendezeiros. Fazendo vista grossa para a forma na que o processo funciona em outros lugares, ele também diz que os problemas ambientais seriam insignificantes na RDC, já que grandes áreas de terras agricultáveis estão fora das áreas de florestas tropicais. Essa alegação não apenas ignora a presença das pessoas que vivem nessas áreas ou dependem delas, mas também evidencia consistentemente que está errada. A razão é simples: o que faz com que as plantações de dendezeiros sejam realmente rentáveis é ganhar acesso às áreas de florestas, cortar a floresta, vender a madeira e então plantar os dendezeiros com os lucros resultantes.

O processo destruidor já tem começado. Em outubro de 2007, uma companhia chinesa assinou um contrato bilionário para estabelecer mais de 3 milhões de hectares de plantações de dendezeiros no país. A invasão dos dendezeiros já tem começado e as florestas –protegidas da destruição pela guerra- agora serão destruídas na paz.

Artigo baseado em informação de: "Further war threatens in Congo as rivalry for resources intensifies", John Farmer e Ann Talbot, 22 de janeiro de 2008, (<http://www.wsws.org/articles/2008/jan2008/cong-i22.shtml>); "DR Congo has great potential for biofuels says U.N. official," mongabay.com, 9 de janeiro de 2008, <http://news.mongabay.com/2008/0109-congo.html>; "Country profile: Democratic Republic of Congo", BBC, ([http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/country\\_profiles/1076399.stm](http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/africa/country_profiles/1076399.stm)); The World Guide, New Internationalist/Instituto del Tercer Mundo, 2001/2002, pp.179-181.

[início](#)

---

## COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

### **- Aumento da pobreza, conflitos territoriais e desmatamento: o recorde das plantações do Banco Asiático de Desenvolvimento**

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, sigla em inglês) tem distribuído mais de US\$ 1 bilhão para projetos florestais desde seu primeiro projeto florestal em 1977. A maioria dos projetos florestais recentes do Banco foram classificados como "parcialmente bem-sucedidos ou mal sucedidos". O Banco reconhece "problemas com o desenho e a implementação dos projetos" e que "os investimentos de seu setor [florestal] têm tido um impacto positivo mínimo na perda e degradação das florestas". Inclusive, esse "impacto positivo mínimo" é o resultado de ter definido as plantações como florestas. Conforme o Banco, o desmatamento de florestas comunitárias e terras agrícolas e a substituição por plantações de monoculturas de árvores é "positivo".

Mais de 80 por cento dos empréstimos do Banco para projetos florestais continuaram voltados para o estabelecimento de plantações. As plantações financiadas pelo ADB fracassaram repetidamente devido à má seleção de espécies, a incêndios, doenças ou porque as terras onde foram instaladas já estavam sendo usadas pelas comunidades locais. Grande parte dos projetos de plantações do Banco foram mal desenhados e debilmente monitorados.

Os próprios documentos do ADB revelam os problemas com clareza, tal como é ilustrado pelos trechos a seguir. Um projeto em Samoa Ocidental foi adiado "devido a negociações prolongadas e até paralisadas ao tentar obter a posse de terras coletivas". Nas Filipinas, um projeto de plantações do ADB "teve deficiências no desenho e implementação do projeto". As plantações estabelecidas foram mal cuidadas e "estavam caracterizadas por uma taxa de crescimento das árvores baixa e muito irregular." Um projeto financiado pelo ADB estabeleceu 20.000 hectares de plantações em Bangladesh, mas os moradores locais que participaram no projeto "apenas receberam benefícios mínimos". O resultado foi a "impaciência e um sentimento de resignação entre os participantes" e "um contexto social

potencialmente hostil." Em um projeto localizado no Nepal, apenas um terço da área alvo de 5.000 hectares podia ser plantada, "principalmente devido à invasão de intrusos".

Um projeto de plantação madeireira na Indonésia visava plantar 51.000 hectares de "improdutivos arbustos e pradarias". Na conclusão do projeto, somente a metade da área alvo tinha sido plantada. O Relatório de Conclusão do Projeto do ADB descreve o dano que sofreram as plantações por incêndios e a falta de espécies como "assombroso". A seleção das espécies para o projeto "não foi baseada em ensaios de campo conferidos, e não foi suficientemente reavaliada durante o planejamento do local e a preparação dos desenhos da localização das plantações."

Uma das empresas que desenvolve a plantação, a Inhutani III, atenta contra os Povos Indígenas em Kalimantan Ocidental. Uma ONG indonésia, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento de Dayakology, acusou Inhutani III do uso da força para se apropriar das terras das comunidades indígenas. O Banco contratou uma consultora durante umas poucas semanas e rejeitou as alegações, ainda que a área do projeto fosse reduzida para excluir "áreas que podiam ser causadoras de reclamações de posse territorial".

No Laos, com o Projeto de Plantações Industriais de Árvores do Banco, os empréstimos foram concedidos a agricultores para plantar eucaliptos. Muitas árvores não cresceram e os agricultores não tiveram meios para quitar a dívida. "Milhares de inexperientes agricultores foram enganados com a esperança de obter lucros inatingíveis, o que fez com que a maioria dos agricultores tivessem dívidas onerosas, sem chances de pagar seus empréstimos, e ficassem sem as plantações," aponta o relatório do Departamento de Avaliação das Operações do Banco.

O projeto também apoiou as plantações comerciais de árvores. Uma das empresas envolvidas, a BGA Lao Plantation Forestry (agora nas mãos da japonesa Oji Paper) usou o financiamento do ADB para terraplenar terras comunais, florestais e agrícolas a fim de abrir caminho para suas plantações de monoculturas de eucaliptos.

O monitoramento feito pela equipe de projetos de plantações do ADB é fraco. No Laos, as missões do Banco incluíram poucas viagens fora de Vientiane. Entre 1996 e 2003 não havia nenhum especialista florestal nas missões de revisão dos projetos do Banco para o Laos. Entre julho de 2000 e fevereiro de 2002 não havia nenhuma missão de revisão para o país.

Em um projeto anterior nas Filipinas, apenas uma pesquisa socioeconômica foi realizada e apenas uma missão do Banco incluiu uma visita de um especialista florestal aos locais do projeto. O Relatório da Auditoria do Desempenho do Projeto aponta que "A avaliação sobre o desempenho de crescimento da plantação, a revisão da adequação do desenho do projeto, e a determinação da adequação do projeto para fornecer insumos e competência técnica foram escassas ou inexistentes. Não foi providenciado nenhum conselho técnico sobre o estabelecimento florestal ou assistência no sistema de gestão de desempenho do projeto."

Desde 2000, o ADB vem realizando uma revisão de sua Política Florestal. Uma discussão aberta sobre os problemas gerados pelos empréstimos do Banco para o setor florestal (bem como os impactos nas comunidades e florestas dos empréstimos do Banco para caminhos, barragens e mineração) é longamente adiada. Mas o mais recente rascunho disponível sobre a projetada política é de junho de 2003. A partir de então, a equipe do ADB prometeu em várias ocasiões que um novo rascunho estaria disponível para o público. Em janeiro de 2008, o Assistente Sênior de Coordenação de Divulgação e Informação Pública, Robert Paul S. Mamonong, prometeu que um "relatório da síntese do rascunho estava sendo revisado e que devia estar concluído em abril de 2008."

Há uns poucos anos, Javed H. Mir, o especialista florestal do ADB, fez uma apresentação sobre um "Estudo Regional da Política Florestal e Reformas Institucionais" realizado pelo Banco. Ele respondeu sua própria pergunta, "O que não se deve fazer?" com "Não repetir os erros". Seguir seu conselho marcaria um corte drástico na história do ADB. Repetir erros parece ser justamente o que o Banco pretende fazer. O rascunho da política florestal do Banco de

junho de 2003, por exemplo, visa “incrementar a extensão e a produtividade das plantações”.

Em vez de continuar promovendo problemas, o Banco deveria deixar de financiar as plantações industriais de árvores.

By Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

---

### - Espanha: a certificação florestal da NORFOR/ ENCE, mais uma fraude no FSC

A empresa de celulose ENCE possui monoculturas de eucalipto na Espanha e no Uruguai certificadas pelo FSC. Parte das plantações, 12.000 hectares, distribuídas em mais de 200 lotes, estão concentradas no noroeste da Espanha (Galiza, Astúrias e Cantábria) e são gestionadas por uma de suas filiais florestais, a NORFOR.

A cultura de eucalipto é uma prática que na Galiza é realizada de forma massiva desde os anos 50 e é maior ainda depois de a ENCE começar a fabricar pasta de papel exclusivamente a partir da madeira desta árvore. Hoje, é possível comprovar o potencial destruidor que acarreta esta cultura, que tem sido um dos principais agentes causadores da proliferação de incêndios, a erosão e degradação de solos, o empobrecimento das comunidades rurais, as atuais baixas rendas na produção silvícola, a perda de diversidade e a desapareção em amplas áreas da paisagem ecológica e cultural. O estado de degradação dos montes que hoje existe está fazendo com que as administrações desenhem políticas voltadas para controlar esta espécie e para substituí-la por outras mais rentáveis e melhor adaptadas.

A atividade florestal da NORFOR tem se caracterizado pelo uso das técnicas de cultivo florestal mais intensivistas e duras no tocante a suas conseqüências sobre os sistemas biológicos que suportam a produção mas, além disso, a atividade da empresa tem efeitos negativos no âmbito econômico já que, ao ser o principal comprador de madeira de eucalipto da Galiza, tornou-se um monopólio e provocou a queda dos preços. Socialmente, a atividade da empresa repercute também negativamente, já que a impossibilidade de obter outros recursos do monte em decorrência das agressivas técnicas de cultivo que inclui o uso descontrolado de grandes quantidades de agrotóxicos como herbicidas, funguicidas e inseticidas, supõe a eliminação de grande número de organismos que possibilitariam a apicultura, a caça, a coleta de cogumelos ou a pecuária extensiva.

Em setembro de 2004, após uma auditoria realizada pelo SGS e plasmada em um delirante resumo público, a NORFOR recebe a certificação do FSC. Esta certificação recebeu várias reclamações por parte do Greenpeace, WWF e da Asociación Pola Defensa da Ría, de Pontevedra, com o apoio de todo o movimento ecologista. Entre as reclamações, salienta-se, com evidências, o descumprimento da maioria dos princípios e critérios do FSC por parte da empresa. Contudo, a falta de sensibilidade do SGS, NORFOR e o próprio FSC é absoluta. Apesar de o SGS não poder deixar de admitir LA NEGATIVA SE ME COMPLICA, HELLLPPPP que o conteúdo de algumas das reclamações, o certificado se manteve.

Finalmente, após três anos de reclamações, os Serviços de Acreditação do FSC Internacional (ASI) decidem realizar uma auditoria de acompanhamento ao SGS- órgão que concedeu o certificado. A princípio a auditoria tinha sido programada para estudar os aspectos controvertidos da certificação e assim atender as reclamações que vinham se apresentando e mantendo. A auditoria de campo foi realizada no final de maio de 2007 e inclui um breve encontro com os grupos ecologistas no início de junho. Nesse encontro, os integrantes da ASI declaram que prepararam e realizaram a auditoria de campo sem terem lido o conteúdo das reclamações enviadas pela APDR (Asociación pola defensa da Ría). Desse modo, ficou claro que os auditores desconheciam os fatos e as evidências das reclamações e que o objetivo não era apurar em que medida eram referidas a fatos contrastados da gestão florestal da NORFOR.

O relatório da auditoria resultou, como era de se esperar, de péssima qualidade e de duvidosa honestidade; apenas levanta uma mínima parte dos descumprimentos dos padrões, que incluem as reclamações à certificação; não analisa os indicadores dos padrões espanhóis; resolve Descumprimentos Maiores dos Princípios com Pedidos de Ações Corretivas Menores; minimiza os efeitos da má praxe da NORFOR; e afirma que o SGS realizou um processo de auditoria "profissional". Mesmo assim, a ASI decide manter o reconhecimento do SGS como órgão certificador e a certificação da empresa.

É possível concluir que o FSC, que teve a chance de comprovar os elementos negativos da gestão florestal da NORFOR, ao manter a certificação decidiu avançar para a fraude. A ASI do FSC não quis analisar os aspectos reclamados para driblar o fato de ter de cancelar o certificado da empresa e retirar o reconhecimento ao SGS.

Esta falta de interesse que demonstra o FSC por conferir o cumprimento dos padrões e o grande número de empresas com certificação denunciadas pelos movimentos ecologistas e de defesa dos direitos humanos no mundo todo indica que os atuais responsáveis do FSC apostaram no esvaziamento do conteúdo do certificado e certificar sem levar em consideração o cumprimento dos padrões. Nem sequer a empresa mostra interesse em aprimorar seu sistema de gestão. Hoje, nas parcelas da NORFOR continua a existência dos mesmos sintomas de degradação dos solos, a ocupação dos ecossistemas protegidos para estabelecer monoculturas de eucaliptos, a utilização maciça de agrotóxicos. A situação das parcelas certificadas é encoberta e continua o descumprimento da maioria dos padrões de certificação.

Diante desta situação é necessário expor, junto à cidadania e às administrações, a fraude que se oculta por baixo de muitos produtos do FSC, com a advertência de que por trás do selo pode haver uma má gestão florestal, o que é bem mais possível se a madeira provém de uma monocultura, e que é possível que o "selo verde" encubra uma atividade gravemente nociva no nível ambiental, econômico e social, tal como acontece com os produtos elaborados a partir da madeira de eucalipto da NORFOR. Os consumidores devem saber que são concedidos certificados FSC sem que isso implique a promoção de uma gestão florestal ambientalmente responsável, socialmente benéfica e economicamente viável.

Por Benito Andrade, Asociación Pola Defensa Da Ría (APDR), correio electrónico: [apdr@apdr.info](mailto:apdr@apdr.info), [www.apdr.info](http://www.apdr.info)  
início

---

### **- Indonésia: pedido de Ação contra a certificação das plantações de madeira da Riau Andalan Pulp and Paper**

A gigante empresa de celulose PT. Riau Andalan Pulp and Paper (PT.RAPP), que opera na Província de Riau, solicitou um Certificado de Manejo Florestal de Plantações do Sistema de Certificação do Ecolabeling Institute da Indonésia (LEI).

As ONGs localizadas em Riau e várias ONGs regionais e nacionais questionam com força essa solicitação com base em vários argumentos que incluem:

\* Conforme imagens satelitais, "no local houve transformação de terras muito antes de a licença definitiva ser emitida em 1º de outubro de 2004." Segundo a organização da Sociedade Civil "Critical Response" [1] muito antes que o ministro de Florestamento (MoF) endossasse 75.640 hectares à empresa, a PT.RAPP tinha desmatado a floresta natural do Setor Pelalawan.

\* 46.43% de toda a plantação industrial da PT.RAPP no setor Pelalawan fica dentro da Floresta Protegida designada segundo o Plano Espacial da Província de Riau (RTRWP) de 1994, o que infringe diretamente vários critérios e normas governamentais que permitem a existência de plantações industriais de madeira apenas em locais classificados como "Florestas de Produção" (para a extração de Madeira).

\* O local das plantações de árvores (HTI) da PT.RAPP- Setor Pelalawan antes de ser explorado pela empresa, era uma floresta natural prístina, tal como é mostrado em uma imagem captada pelo Landsat em 1996.

No chamamento a fazer uma Campanha [2] lançado em janeiro de 2008, várias ONGs:

1. "apelam para o LEI a fim de cancelar a solicitação, que atualmente está sendo avaliada pelo certificador *Mutu Agung Lestari* (MAL).
2. apelam para os compradores e consumidores a fim de eles não comprarem celulose e papel produzidos pela empresa já que são produzidos às custas da destruição da floresta e em violação direta da legislação indonésia em vigor.
3. apoiam o governo da Indonésia (quer dizer, quem aplica a lei) a fim de continuar os processos legais quanto à violação da licença por parte da PT.RAPP."

Artigo baseado nos documentos previamente mencionados elaborados por várias ONGs e enviados por Rivani Noor, CAPPa, e-mail: [rivani@cappa.or.id](mailto:rivani@cappa.or.id), [www.cappa.or.id](http://www.cappa.or.id)

(1) [http://www.wrm.org.uy/countries/Indonesia/Civil\\_Society\\_Critical\\_Response.pdf](http://www.wrm.org.uy/countries/Indonesia/Civil_Society_Critical_Response.pdf)

(2) [http://www.wrm.org.uy/countries/Indonesia/Campaign\\_Action.html](http://www.wrm.org.uy/countries/Indonesia/Campaign_Action.html)

[início](#)

---

## **- Indonésia: novo relatório sobre os impactos das plantações de dendezeiros sobre os direitos humanos**

O essencial assunto da posse da terra subjaz ao problema dos esquemas de plantações de dendezeiros na Indonésia e em outros lugares. As plantações de monoculturas de dendezeiros corroem os direitos e os meios de vida das comunidades locais, ocupando grandes extensões de terras comunitárias onde havia cultivos para alimentação e comerciais e se obtinham medicinas e materiais de construção.

Através de promessas, subornos e enganar, combinados com a falta de conhecimento das comunidades locais de seus direitos, as companhias avançam para a privatização em grande escala da terra e dos recursos naturais.

O azeite de dendê, um óleo vegetal muito usado para a produção de alimentos, cosméticos e alimentos para animais, está sendo crescentemente procurado como agrocombustível. Em resposta a esse crescente mercado, as plantações de dendezeiros em grande escala estão sendo desenvolvidas na América Latina, na África Ocidental e no Sueste da Ásia. A Indonésia, o maior produtor do mundo de azeite de dendê cru, já tem aumentado suas terras plantadas com dendezeiros para 7,3 milhões de hectares, e está planejando expandir a área plantada em mais 20 milhões de hectares –uma área do tamanho da Inglaterra, a Holanda e a Suíça combinadas.

O recente relatório "*Losing Ground. The human rights impacts of oil palm plantation expansion in Indonesia*" [<http://www.wrm.org.uy/countries/Indonesia/losingground.pdf>] (Perdendo terreno. Os impactos da expansão das plantações de dendezeiros sobre os direitos humanos na Indonésia) de Friends of the Earth, LifeMosaic e Sawit Watch, evidencia a forma na que as políticas do governo indonésio e as práticas da indústria do azeite de dendê estão prejudicando os direitos das comunidades locais e povos indígenas e alega que em virtude dessa evidência, os objetivos de aumentar o uso dos agrocombustíveis no Reino Unido e no resto da União Européia são enganadores, arriscando prejuízo ambiental e abusos aos direitos humanos em uma escala ainda maior.

[início](#)

---

## - Tailândia: plantações de seringueiras contra as florestas, as comunidades e a saúde

O estudo recente "Rights of rubber farmers in Thailand under free trade" (Direitos dos seringueiros na Tailândia sob o livre comércio), de Sayamol Kaiyoorawong e Bandita Yangdee, ([http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/Rights\\_of\\_rubber\\_farmers\\_in\\_Thailand.pdf](http://www.wrm.org.uy/countries/Thailand/Rights_of_rubber_farmers_in_Thailand.pdf)), faz uma revisão minuciosa dos negócios da borracha e seus atores nesse país.

O relatório salienta que as primeiras seringueiras foram trazidas da Malásia e plantadas na Tailândia em 1899 fazendo parte de um programa nacional de plantação integrada, no qual as seringueiras foram plantadas em combinação com plantas indígenas e outras árvores frutíferas, alimentos e outras espécies. Esse modelo permitiu que os agricultores não apenas extraíssem a borracha como também tivessem acesso a hortaliças, animais selvagens, ervas, lenha e madeira para a construção.

Uma política de promoção que começou em 1911 e foi fortalecida ainda mais em 1978 espalhou as plantações de seringueiras nas regiões do sul, leste e nordeste do país, totalizando cerca de 2 milhões de hectares conforme dados de 2003. E a tendência tem sido continuar espalhando-se. Espera-se um aumento da produção de borracha de 250.000 toneladas ao ano na Tailândia que visa satisfazer a crescente demanda global de borracha para alimentar-entre outras- a indústria automobilística.

Essa intensificação levou a mudar o modelo de produção da borracha, dando lugar às plantações de monoculturas em longa escala, o que causou estragos no ambiente e nas comunidades.

As plantações de seringueiras modificaram a paisagem. Conforme o relatório, elas "podem ser vistas em todo o sul da Tailândia, descendo das áreas altas até as planícies, e desde o último projeto governamental de promoção em 2004- 2006 mudas clonadas têm começado a brotar em quase todas as províncias do país, substituindo as culturas comerciais de curto prazo."

As plantações também erosionaram os ecossistemas, inclusive as florestas, "Ao serem plantações de monoculturas, o uso de pesticidas químicos e a falta de outras plantas destruíram a biodiversidade dos ecossistemas e a coexistência da flora e da fauna." "Com a diminuição de árvores que cobrem o solo, a evaporação da água ficou afetada" e até o nível da água subterrânea ficou reduzido." Além disso, algumas plantações de seringueiras no sul estavam localizadas em ladeiras de 40-60 graus, o que provocou a erosão do solo.

Alguns dos impactos sociais das plantações de monoculturas de seringueiras referem à cultura de consumo que a produção comercial da borracha trouxe embutida. Agora, os seringueiros devem pagar em dinheiro os bens que antes obtinham do sistema integrado. Agora, o dinheiro tem um papel ativo e domina a forma de vida da comunidade, que ficou separada da natureza bem como da forma de vida e de trabalho comunitários. Agora, " cada família se concentrará em extrair a borracha para conseguir tanto dinheiro quanto puder. Como cada plantação está distante uma da outra, a cooperação entre eles está, de fato, em declínio."

As autoras explicam as conseqüências que tal mudança teve na vida das comunidades: "Ao coletarem produtos naturais junto com os produtos obtidos da transformação parcial da natureza em floresta de seringueiras, as comunidades podiam viver felizmente. No passado, todas as decisões eram tomadas pelos membros da comunidade. Mas quando o sistema de plantação de seringueiras foi introduzido, os donos da plantação foram direcionados e forçados a cumprir estreitamente as exigências do ORRIF [repartição governamental]. Com o modelo de plantação de monocultura, os seringueiros devem obedecer e seguir as instruções que recebem. Eles não têm controle sobre o sistema de produção, o desenvolvimento de variedades de seringueira, o preço da borracha e sua venda. Desta forma, a monocultura de seringueira está destruindo a sabedoria local quanto ao desenvolvimento de variedades de seringueira e aos métodos agrícolas."

No tocante ao trabalho nas plantações, um estudo citado no relatório revelou que, “os seringueiros não descansavam adequadamente. Assim, eles estavam fisicamente fracos e sofriam moléstias devido aos movimentos que tinham que fazer conforme os diferentes níveis de seringueiras que tinham que sangrar e a sobrecarga dos baldes de látex que deviam carregar. A alimentação irregular originou úlceras pépticas.” Outro estudo “concluiu que os pés e as unhas dos seringueiros estavam deteriorados e seus olhos infectados devido ao uso de borrifadores químicos sem a proteção adequada.”

As plantações de seringueira em longa escala têm sido a causa de surtos de doenças incontroláveis, degradação do solo e erosão da capa superior do solo nas ladeiras. Além disso, os preços da borracha estão fora do controle dos seringueiros e são vulneráveis de ser rebaixados. Para as comunidades locais, talvez sua sina seja o potencial colapso tanto dos ecossistemas bem como de suas vidas.

Artigo baseado em “Rights of rubber farmers in Thailand under free trade”, de Sayamol Kaiyoorawong e Bandita Yangdee, Project for Ecological Awareness Building, enviado por Sayamol Kaiyoorawong, e-mail: [noksayamol@yahoo.com](mailto:noksayamol@yahoo.com)

[início](#)

---

### **- Uganda: por que o FSC está certificando as disputas territoriais e os abusos dos direitos humanos no Monte Elgon?**

O Monte Elgon já testemunhou grandes disputas territoriais desde que foi tombado como Parque Nacional em 1993. Os moradores foram despejados do parque em 1993 e em 2002. A área circundante do parque tem uma alta densidade populacional e os agricultores não têm outra escolha a não ser continuar recuando para o interior do parque a fim de plantar suas culturas. A violência estourou entre a Autoridade de Vida Silvestre da Uganda (UWA), o órgão responsável pela gestão do parque, e os moradores que tentam se sustentar. Os moradores dizem que sofreram ameaças, disparos e abusos sexuais por parte dos funcionários da UWA. Várias pessoas foram mortas.

A situação se complica ainda mais devido a um programa de plantação de árvores para compensação de carbono operado pela Fundação holandesa FACE em conjunto com a UWA. A Fundação FACE vêm plantando árvores nos limites do Monte Elgon desde 1994. As árvores deveriam armazenar carbono e a empresa Carbon Neutral vem vendendo créditos de carbono provenientes do Monte Elgon desde 2002 (a Fundação FACE e a empresa Carbon Neutral partilham o mesmo diretor, Denis Sliker). Atualmente, a Carbon Neutral não está vendendo créditos provenientes do Monte Elgon e a UWA- FACE não está aumentando a área de árvores plantadas (hoje na casa dos 8.000 hectares) em decorrência das disputas.

A área de 25.000 hectares do projeto da UWA- FACE tem sido certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC) desde 2002. Em abril de 2007, o SGS Qualifor, o órgão certificador do FSC, visitou o Monte Elgon para realizar uma reavaliação do projeto de plantações de árvores. Depois de os assessores do SGS terem chegado a Uganda, a UWA solicitou ao SGS que certificasse todo o parque nacional Monte Elgon. De uma tacada, a área a ser avaliada passou de 25.000 hectares para 112.100 hectares. Destemidamente, o time do SGS formado por quatro pessoas avaliou todo o Parque Nacional em três dias.

O SGS propôs três importantes pedidos de ações corretivas durante a reavaliação de abril de 2007. Para cumprir com a regulamentação do FSC, o certificado apenas pode ser emitido se esses pedidos de ações corretivas forem satisfeitos. O SGS, porém, emitiu uma extensão de seis meses para o certificado. Depois de uma “visita final” de um auditor do SGS em agosto de 2007, o SGS emitiu o certificado. Essa “visita final” não abrangeu nem uma visita à área certificada nem entrevistas com nenhum morador.

A entidade Serviços Internacionais de Acreditação (ASI), uma subsidiária do FSC, é responsável por checar que os

órgãos de certificação cumpram com a regulamentação do FSC. A ASI também esteve na Uganda em abril de 2007, realizando uma auditoria anual do SGS. A ASI informou que a certificação do Monte Elgon feita pelo SGS, na realidade, foi baseada na esperança de futuras melhoras, em vez de considerar o que estava realmente acontecendo no Parque Nacional. A ASI comentou que "Importantes CARs [pedidos de ações corretivas] têm sido encerrados com base em documentos e procedimentos a ser implementados em vez de basear-se no desempenho," e acrescenta, "O cumprimento das exigências para a certificação do FSC não fica claro."

A auditoria no Monte Elgon é, na realidade, a quarta vez que a ASI observa que a SGS descumpra a regulamentação do FSC: "Essa questão é uma falta de conformidade recorrente que já tem sido apontada nas auditorias de vigilância da ASI na Rússia, Polônia e Guiana."

O SGS é responsável por uma sucessão de certificações polêmicas. Como já foi documentado pelo WRM em 2006, trata-se da Mondi na África do Sul e na Suíça, a Norfor na Espanha (agora sujeita a uma reclamação formal realizada pela ONG espanhola Asociación Pola Defensa da Ria), a V&M Florestal no Brasil (certificado que foi cancelado, depois de um guarda da V&M disparar e matar um morador), a Smurfit Carton na Colômbia, a EUFORES e a COFOSA no Uruguai e outro projeto envolvendo a Fundação FACE- o FACE PROFAFOR no Equador. O SGS também certificou a Barama, a subsidiária guianense da empresa florestal Samling com base na Malásia. A certificação foi cancelada depois de uma auditoria da ASI em novembro de 2006 ter revelado que o SGS tinha emitido o certificado sem uma "avaliação apropriada quanto às exigências de certificação do FSC".

Ao descobrir que um dos órgãos certificadores do FSC sistematicamente não certifica em concordância com a regulamentação do FSC, fica evidente que a única linha de ação lógica da ASI é a suspensão do SGS como órgão emissor de certificados FSC. Não obstante, a ASI solicitou ao SGS que "implementasse medidas apropriadas para corrigir a falta de conformidade revelada". A ASI fez a mesma solicitação no ano anterior depois de fazer a auditoria da certificação do SGS do Regional Directorate of State Forest em Bialystok na Polônia. No Monte Elgon, a ASI observou que o SGS não tinha tomado nenhuma providência em absoluto, nem apropriada nem de outro tipo.

Quando os assessores do SGS visitaram os povoados nos arredores do Monte Elgon estavam acompanhados com uma equipe da UWA. Não é de surpreender que o SGS tenha encontrado moradores que rejeitavam falar sobre os abusos sexuais ou os abusos dos direitos humanos por parte dos guardas florestais da UWA. No resumo público da reavaliação do Monte Elgon, o SGS reconhece que existem disputas territoriais no Monte Elgon. Também reconhece que houve pessoas assassinadas. O critério 2.3 do FSC, que afirma que, "As disputas de magnitude substancial que envolvam interesses significativos, em geral, desqualificam uma operação de ser certificada." Quantas pessoas mais devem morrer no Monte Elgon até o SGS aceitar que isso é uma disputa de "magnitude substancial"?

Em julho de 2007, Stephan Faris, um jornalista da revista Fortune, visitou o Monte Elgon. Ele informou dos sérios conflitos por direitos territoriais nos arredores do Parque Nacional e descobriu que meio milhão das árvores da Fundação FACE tinham sido cortadas em 2006. Os moradores plantaram a área clareada com milho, ervilhas, maracujá, abacate e bananas.

Mas o SGS prefere a posição do avestruz ao se referir ao que podia afetar sua decisão para certificar o Monte Elgon. Em setembro de 2007, escrevi para Gerrit Marais do SGS a fim de perguntar como o SGS podia emitir o certificado se havia disputas territoriais no Monte Elgon. Enviei a Marais um link de uma matéria na revista Fortune e pedi que o comentasse. "Não estou a par da matéria na Fortune", ele respondeu.

Por Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

## - Bélgica: planos de ensaios de campo de choupo GM para etanol

No final do ano passado, o Instituto de Biotecnologia de Flandres (VIB), uma instituição de pesquisa de ciências da vida, solicitou permissão para estabelecer um ensaio de campo de choupos geneticamente modificados na Bélgica. As árvores GM teriam seu conteúdo de lignina modificado, com o intuito de produzir etanol de forma mais fácil.

O VIB foi estabelecido em 1996. Fortemente financiado pelo governo flamengo, tem uma equipe de mais de cem cientistas. O VIB visa produzir descobertas científicas com "potencial de aplicação industrial", cuja patente registra, e também assina acordos com empresas já existentes ou recém- iniciadas para desenvolver as descobertas em "produtos prontos para o mercado". Em 2006, o VIB já tinha patentado 100 descobertas.

O VIB tem um time de comunicações responsável pela produção de informações destinada a educadores, jornalistas e políticos. Organiza competições para escolas, providencia materiais de estudo, livros, apresentações e exposições. Os materiais incluem títulos como " O que é a bioengenharia?", "A Segurança das Culturas Geneticamente Modificadas", e "Xenotransplante: o animal no homem...". Nesses materiais de papel acetinado, o VIB promove a biotecnologia, subestima os riscos e caracteriza os cientistas como especialistas neutrais que se interessam apenas pelo bem da sociedade. Enquanto isso, o VIB pressiona os políticos para afrouxarem as regulações sobre o uso de células humanas e culturas GM.

Conforme a solicitação apresentada junto às autoridades belgas, o VIB planeja plantar árvores GM em uma parcela experimental de 0,24 hectare no parque industrial e científico da University of Ghent Science and Industry em Zwijnaarde. Planeja- se que as árvores serão plantadas em maio de 2008 e que o experimento se estenderá até finais de 2014.

O gênero *Populus* inclui cerca de 30 espécies de árvores, que são nativas da maior parte do Hemisfério Norte, com nomes comuns como choupo, aspen e álamo. É a árvore favorita dos cientistas para a experimentação genética. A primeira liberação mundial de árvores geneticamente modificadas foi um ensaio de campo de choupos GM resistentes a herbicidas em 1988, na Bélgica. A partir de então, bem mais da metade dos 200 e mais ensaios com árvores GM no mundo todo envolveram choupos. Em 2006, o *Populus trichocarpa* tornou-se a primeira árvore a ter seu código de DNA completamente seqüenciado.

As únicas árvores GM comercialmente liberadas são os choupos- os choupos transgênicos têm sido plantados na China desde 2002. Não há nenhum registro da localização das árvores plantadas nem da quantidade plantada. Em 2004, Xue Dayuan do Instituto de Ciências Ambientais de Nanjing disse ao China Daily que os genes dos choupos GM já tinham aparecido em variedades naturais plantadas nas proximidades.

Os riscos de contaminação genética são altos, devido à ampla e generalizada população de parentes silvestres. Os choupos podem se espalhar a través de brotos que crescem das raízes. O pólen e as sementes são espalhados pelo vento "possivelmente em longa distância", aponta o VIB. Contudo, o VIB afirma que, "a regeneração de sementes não é observada com frequência já que as condições ecológicas necessárias para a germinação de sementes e o desenvolvimento de mudas são raramente satisfeitas." As expressões "não com frequência" e "raramente" estão longe de ser tranquilizadoras, devido ao impacto da contaminação genética em choupos nativos ser desconhecida, mesmo que potencialmente devastadora.

O VIB afirma também que, "Estima- se que o impacto ambiental da liberação seja zero, pois os choupos GM não irão florescer e nenhum broto das raízes superficiais irá ser destruído." É verdade, as árvores a ser plantadas poderão ser clones femininos e não produzirão pólen. Também é provável que seja verdade que caso as árvores floresçam, os pesquisadores do VIB irão remover as flores. Mas o impacto ambiental desse ensaio não irá ser zero.

O VIB ignora o fato de a proposta da plantação piloto ser para o desenvolvimento de árvores GM com o intuito de produzir etanol. A fim de ser comercialmente viável, as plantações de choupos GM precisariam cobrir vastas extensões de terras. Se as plantações de árvores GM em grande escala forem estabelecidas, a contaminação genética de variedades naturais de álamos, aspen e choupos será inevitável.

O VIB não menciona nenhum dos impactos que as plantações industriais de árvores têm sobre as comunidades locais e seu meio ambiente. Também não considera o fato de a plantação de árvores (ou qualquer outro tipo de cultura para agrocombustíveis) para produzir etanol em escala industrial aumentar os conflitos territoriais. Se as florestas e pradarias não devem ser destruídas (o que liberaria enormes volumes de carbono), as plantações de árvores devem ser estabelecidas em terras agrícolas. Recentemente, duas matérias da revista Science demonstraram que todos os principais agrocombustíveis causam maiores emissões de gases de efeito estufa que os combustíveis convencionais, se as emissões causadas pelo desmatamento e pela produção de combustíveis são levadas em consideração.

Aqueles que promovem os agrocombustíveis e as árvores GM como uma solução para a mudança climática são geralmente cientistas cujas pesquisas são beneficiadas pela promoção de agrocombustíveis ou árvores GM. "A biomassa representa um recurso renovável de carbono- neutro para a produção de bioenergia e biomateriais, e seu uso aprimorado lidaria com várias necessidades da sociedade," afirma um artigo publicado na revista Science em janeiro de 2006. O que falta nessas afirmações é uma comparação dos agrocombustíveis com, por exemplo, a energia eólica e solar em grande escala combinada com cabos de corrente de alta voltagem e células de combustível hidrogênio. Essas tecnologias podem ser usadas imediatamente e reduziriam significativamente as emissões de gases de efeito estufa. Ao contrário das árvores GM.

By Chris Lang, <http://chrislang.org>

[início](#)

---

## - Aumento da rede de comunicação contra as árvores GM

Da Amazônia à Finlândia, Nova Zelândia e Chile, dos Povos Indígenas às ONGs européias, das mulheres aos grupos de jovens, em apenas uma semana cerca de 140 pessoas se conectaram e ficaram envolvidas com a reunião de assinaturas para uma Carta Aberta que exige a proibição da liberação das árvores geneticamente modificadas (GM).

A carta (1), que denuncia os impactos das árvores GM no ambiente e nas pessoas, foi entregue à 13ª reunião do Órgão Subsidiário sobre Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico (SBSTTA) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) que ocorreu em Roma, Itália. As assinaturas eram de integrantes de organizações dos países onde a pesquisa sobre modificação genética de árvores vêm sendo desenvolvida: Aotearoa/Nova Zelândia, Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Japão, Polônia, Portugal, Espanha, Suécia, Holanda, Reino Unido e EUA.

Uma rede de conexões rapidamente desenvolvida e uma simples carta se tornaram uma ferramenta para a ação na qual as pessoas se envolveram e em alguns casos foram informadas sobre algo que não eram cientes. Tal foi o caso de uma pessoa da Espanha que escreveu: Li sobre as árvores transgênicas e acho que é muito forte. Não sabia disso.

Mesmo que cada um e todos os assinantes se tornassem participantes da iniciativa, o sentimento dominante foi de agradecimento, refletido por expressões como "estou contente por assinar", "obrigado pela iniciativa", "força com o bom trabalho", "força com a luta."

As pessoas manifestaram tanto preocupação quanto aflição. "Como um integrante da nação Secwepemc (Shuswap),

estou muito preocupado pela engenharia genética dos choupos já que nossa comunidade teve uma relação muito especial com a árvore durante centenas de anos." E acrescentou, "Também expresso nossa profunda preocupação sobre as conseqüências ecológicas da engenharia genética de plantas no longo prazo, bem como as conseqüências do controle corporativo da vida vegetal que acompanha a tecnologia genética."

Por baixo da questão existe a consciência de que a maioria das vozes não são ouvidas, e que a maioria das pessoas nunca foi consultada sobre isso. Um amigo do Brasil se manifestou assim, "Junto- me à campanha de assinaturas com a convicção de que devemos proteger nossa flora nativa e comprometemos nossos esforços para fazer ouvir as vozes de quem não pode dizer o que pensa e sente... Disse o rei [da Espanha ao Presidente da Venezuela, Hugo Chávez]: - Por que você não fica calado? Nós dizemos: - Por que ficamos calados diante do nosso planeta em perigo?"]

As preocupações são a respeito de problemáticas específicas como a potencial polinização cruzada de árvores GM com árvores naturais, o que prejudicaria em forma permanente a biodiversidade genética, bem como os impactos potenciais sobre a saúde humana, como expressa a mensagem a seguir, "O pólen GM será inalado em forma generalizada pelas pessoas e isso pode ter efeitos sanitários, especialmente se as árvores forem modificadas para produzir um pesticida."

As pessoas estavam ávidas para trocar novidades e notícias relacionadas com as árvores GM. Da Bélgica, pudemos saber que, "podia ser interessante que vocês soubessem que atualmente está [sendo] considerada uma solicitação para um ensaio de campo com choupos GM. O ministro tomará a decisão final sobre a autorização no próximo mês." Uma pessoa do Canadá informou que, "O governo canadense (o Serviço Florestal do Canadá de Recursos Naturais) está fazendo testes de campo em árvores GM no Quebec: a última informação que temos é que os testes de campo incluem choupos e abetos resistentes a insetos." Amigos da África do Sul expressaram que, "Os industriários negam ter ensaios de campo, mas parece que alguma coisa poderia acontecer inclusive se não for aprovado pelo governo. É preciso investigar mais para ver se existe alguma prova." As notícias da Finlândia dizem que, "infelizmente a Finlândia em geral tem estado entre os poucos países que sempre votou a favor dos OGMs. Acho que há uma forte pressão científica em seu nome."

Em decorrência da difusão do abaixo- assinado, várias organizações sociais (2) do Brasil enviaram uma carta ao delegado brasileiro do SBSTTA exortando "defender que o Órgão de Assessoramento Científico da CDB reafirme a Resolução da COP 8, recomendando a adoção de uma postura de precaução baseada no Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Além disso, em vista da incerteza e ausência de dados científicos a respeito da utilização de árvores transgênicas, deve-se recomendar a não realização de estudos em campo... Admitir-se a modificação da Resolução, para inclusão de que a análise seja realizada "caso a caso" contraria os próprios princípios da Convenção Sobre Diversidade Biológica, em nome dos interesses da indústria florestal e de biotecnologia."

Uma ação similar foi realizada por um grupo de organizações latino- americanas e argentinas (3) que encaminharam uma Carta Aberta junto à delegação argentina em Roma, exigindo a proibição da liberação de árvores geneticamente manipuladas.

Fica claro que controlar a problemática de árvores GM requer um forte movimento de oposição e a esse respeito citamos a advertência de um amigo brasileiro, "Este é um assunto dos GRANDES, e só se tivermos muita unidade poderemos mudar o rumo que tomou este assunto."

Obviamente, ele está certo e é justamente por isso que o networking e as campanhas em nível local e global são tão necessários. Portanto, convidamos a todos a assinar uma carta semelhante para ser encaminhada à próxima COP 9 da CDB (4), e- ainda mais importante- a ficar engajados para deter essa insanidade.

(1) [vide a carta em [http://www.wrm.org.uy/actors/BDC/SBSTTA13/GE\\_Trees\\_Campaign.html](http://www.wrm.org.uy/actors/BDC/SBSTTA13/GE_Trees_Campaign.html)]

(2) (inclui Marcha Mundial de Mulheres, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra, Movimento de Mulheres Camponesas, Terra de Directos (grupo de Direitos Humanos).

(3) (Movimiento Campesino de Santiago del Estero-Vía Campesina, Centro de Políticas Públicas para el Socialismo, GRAIN, Grupo de Reflexión Rural, Movimiento Semillero de Misiones, Centro de Acción Popular Olga Márquez de Arédez, Juventud Indígena Argentina, El Aguamanda-Gualeguaychú, Grupo de Ecología Política, Comunidades y Derechos, Red por una América Latina Libre de Transgénicos)

(4) Entre em contato com Ana Filippini, e-mail: [anafili@wrm.org.uy](mailto:anafili@wrm.org.uy)

Artigo baseado em mensagens recebidas das pessoas que assinaram a carta

[início](#)

---

### **Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**

Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês

Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay

tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy)

<http://www.wrm.org.uy>

